

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Modernidade periférica e cultura política. Relações entre intelectuais, conhecimento especializado e senso comum.

Milton Lahuerta.

Cita:

Milton Lahuerta (2009). *Modernidade periférica e cultura política. Relações entre intelectuais, conhecimento especializado e senso comum. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1274>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Modernidade periférica e cultura política

Relações entre intelectuais, conhecimento especializado e senso comum

Milton Lahuerta

Cientista Político

Departamento de Política, Antropologia e Filosofia / Programa de Pós Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP –

Campus de Araçuaia.

lahuerta@fclar.unesp.br

A reflexão política feita no Brasil nos últimos vinte anos adotou cada vez mais os ângulos *rational choice* e (neo) institucionalista na análise do processo de democratização da sua sociedade, enfatizando sobretudo o comportamento racional dos atores e o funcionamento da dinâmica institucional. Seguiu nesse sentido fenômeno mundial (GREEN & SHAPIRO, 2000, p.169), aderindo àquilo que alguns autores têm chamado de “agenda americana” de pesquisas políticas e sociais com seus pressupostos de matriz individualista metodológica e com sua antropologia centrada no *homo economicus*, calculista de resultados e maximizador de interesses (VIANNA, 1997). A adesão a essa agenda levou a que se privilegiasse o indivíduo racional e o funcionamento das instituições, tratando os processos políticos como se eles se dessem exclusivamente no âmbito sistêmico e não mantivessem nenhuma espécie de vínculo com o “mundo da vida”. Esse ângulo de

análise, ainda que tenha contribuído para a elaboração de pesquisas mais preocupadas com a demonstração empírica e com a descrição minuciosa dos fenômenos analisados, teve também o inconveniente de abdicar excessivamente de outras dimensões do fenômeno político que vão além do *homo economicus* e da lógica estritamente institucional (ANDREWS, 2005). De certo modo, reitera-se nesse tipo de *démarche* o horizonte schumpeteriano¹, minimalista e procedimental, na definição da democracia para caracterizar o processo de transição política vivenciado por nós.

Nesse diapasão, considerou-se que, enfim, a democracia estaria consolidada no país pela vigência de um quadro constitucional estável e pelo respeito às regras do jogo; pela rotinização de eleições competitivas, com seus resultados sendo aceitos sem questionamentos quanto aos procedimentos; pelo cumprimento dos mandatos eletivos, sem ameaças de quebra da institucionalidade; pela capacidade de os governos realizarem suas políticas; e pela autonomia entre os poderes. Aderia-se assim a uma linhagem interpretativa dos processos de redemocratização centrada na perspectiva de que as transições democráticas se completam quando há razoável nível de acordo acerca dos procedimentos políticos para se obter um governo eleito; quando os governos são constituídos como resultado do voto livre e tem, *de fato*, a autoridade para propor e implementar novas políticas; e quando os Poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) não estão subordinados a quaisquer outros poderes. (LINZ & STEPAN, 1999, p.21)

No entanto, diante da velocidade e da virulência com que a sociedade brasileira tem dado as costas às instituições públicas, parte da investigação e da reflexão sobre a vida política está sendo compelida a ir além da análise institucional, da definição minimalista da democracia e da lógica *rational choice*, voltando a atentar para um ponto bastante negligenciado nas análises excessivamente institucionalistas: a constatação de que há um nível de violência e de incivilidade no comportamento cotidiano dos brasileiros que se mostra em crescente descompasso com os padrões considerados racionais e identificados como próprios e necessários aos processos de consolidação da democracia. Não são poucos os analistas que insistem quanto aos riscos inerentes a essa dissociação entre democratização social, ausência de cultura cívica e baixa institucionalização da democracia política (CARVALHO, 2002a, 2002b). Basta notar como, de modo cada vez mais acentuado, amplas camadas da população simplesmente deixam de reconhecer o Estado como garantia da norma legítima, recusam a ordem jurídica e procuram resolver seus problemas sem levar em conta a lei ou, simplesmente, colocando-se contra ela.

¹ As teorias chamadas de elitistas e realistas, principalmente na segunda metade do século XX, pretenderam estabelecer que no mundo contemporâneo só caberia uma definição procedimental e “minimalista” da democracia. Esse ponto de vista, inaugurado por J. Schumpeter e aprofundado pelas teorias econômicas e pluralistas da democracia – tão características da ciência política contemporânea –, se impôs de forma bastante enfática nas últimas décadas.

Esses riscos ficam mais evidentes, em virtude do Brasil ter se tornado, durante os vinte anos de ditadura militar, uma sociedade urbano-industrial extremamente dinâmica, com grande energia individual, mas marcada por uma das maiores desigualdades do planeta. Daí que, face às transformações mundiais vividas sob a égide do processo de globalização, essa sociedade desigual, antidemocrática, avessa aos direitos e deveres próprios da tradição constitucionalista do Ocidente e, além disso, extremamente violenta se defronta com um processo de enfraquecimento do Estado-nação que ameaça a legalidade vigente e coloca em questão as formas mais elementares de vida civilizada sociabilidade e as instituições da democracia representativa².

A pauta “racional legal” diante da persistência dos hábitos do coração

A preocupação com esse problema nos coloca no cerne do debate sobre as conseqüências e limites dos processos de transição e legitimação da democracia em sociedades periféricas. Na análise dos processos de transição democrática, em linhas gerais, vão se contrapor duas grandes linhas de abordagem: uma definida como racionalista e a outra como culturalista (KRISCHKE, 1997). Ainda que os limites entre uma e outra sejam freqüentemente ultrapassados, sinteticamente poderíamos apresentá-las da seguinte forma: para a abordagem racionalista, a ação das elites políticas é o elemento decisivo nos processos de transição para a democracia, na medida em que são elas que criam as instituições racionais que garantirão o funcionamento da democracia. As reformas estruturais impostas ao conjunto dos países latino americanos, com sua subordinação à lógica econômico-financeira, são expressivas desse tipo de suposto teórico que pretende impor um padrão de racionalidade abstrato como modelo para toda e qualquer sociedade, a despeito de suas tradições culturais e experiências acumuladas. No mesmo sentido também se pode falar das propostas de reforma do Estado e de reforma administrativa. Ou seja, como conseqüência dessa visão racionalista, se jogaria toda ênfase da ação naquilo que poderíamos qualificar como “engenharia institucional”, minimizando-se ou até ignorando outras dimensões constitutivas do comportamento político de uma dada sociedade³. Talvez a principal objeção que se possa fazer a essa perspectiva resida em sua dificuldade de lidar de forma satisfatória com a permanência de “instituições, comportamentos e atitudes autoritárias na nova situação política” (O’DONNELL, 1991).

² Procurei articular uma reflexão preliminar sobre isso no texto “Brasil, a democracia difícil: violência e irresponsabilidade cívica”. In *Política Democrática* – Revista de Política e Cultura. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, v.1, jan./abr. 2001, p83-96..

³ Praticamente, uma parte expressiva da ciência política brasileira foi hegemonizada por essa forma de pensar.

No outro extremo colocam-se as abordagens culturalistas, inspiradas de certo modo no trabalho de Almond e Verba, que localizam como principal problema para a consolidação democrática a inexistência de uma cultura política que lhe seja afim, mais especificamente referem-se à ausência de civismo. Resgatando preocupação antiga, esses autores vão procurar analisar os processos de transição para a democracia enfatizando a necessidade de criação prévia de consensos normativos favoráveis à sua consolidação (MOISÉS, 1995; CARVALHO, 2002). Ou seja, colocando-se num diapasão oposto ao ângulo anterior, para o qual o problema da democracia aparece ligado essencialmente à ação racional de lideranças democráticas e reformistas, essa vertente vem lançar luz sobre aqueles fatores políticos e culturais da ação que são muitas vezes desconsiderados pelo conhecimento especializado que procura articular economia, sociedade e política⁴. Com essa preocupação, procura-se lançar luz na pesquisa sobre as motivações do comportamento político, analisando, comparativamente, as dinâmicas culturais nos processos de legitimação dos regimes democratizantes, especialmente, em contextos periféricos (KRISCHKE, 1997).

Para se interpretar os sucessos e, principalmente, os malogros dos regimes democratizantes na América Latina e no leste europeu, buscou-se não só o resgate de autores clássicos, especialmente de Tocqueville, mas também uma reativação do debate mais contemporâneo sobre cultura política, inaugurado pelo clássico livro *The civic culture*, escrito por Almond e Verba (1963), no início da década de 1960. Nessa reativação, Ronald Inglehart (1988; 1997) tem papel de destaque, já que retoma o trabalho de Almond e Verba e demarca o “renascimento do conceito de cultura política”, num contexto em que a análise comparativa das dinâmicas culturais em processos de legitimação de regimes democratizantes em sociedades periféricas ganhava força (INGLEHART, 1988)

Seja lá como nos coloquemos entre esses pólos extremos, é indubitável que fazem sentido os esforços teóricos realizados no sentido de se articular, especialmente nos contextos das democracias recentes, o ângulo institucional racional e essas “condições complementares” à vigência do sistema representativo. Ou seja, cada vez mais, há um reconhecimento de que é necessário, para se compreender a performance de uma democracia determinada, levar em conta os condicionantes culturais, no sentido de se pensar a sociedade e o processo político como uma

⁴ Essa vertente é muitas vezes criticada por estar informada por uma noção de cultura homogênea e referida a um modelo de homem e de indivíduo que se pretende, normativamente, generalizável para qualquer sociedade. Na formulação original do conceito de “cultura política”, tal qual proposto por Almond e Verba, haveria uma concepção normativa baseada na experiência histórica dos EUA e da Grã-Bretanha que seria colocada como um pressuposto necessário para a implantação e consolidação da democracia. Inspirado no modelo anglo-saxão, o conceito de Almond e Verba teria um componente etnocêntrico, já que a democracia pressuporia um padrão cultural adequado “que relevasse a condição subjetiva da aquiescência e a transpusesse para a esfera pública sob a forma de uma generalizada quietude política dos governados em relação aos governantes.” (CARVALHO, M., 2002, p.317)

comunalidade de valores, de padrões ético-culturais capazes de unificar vontades e consciências, comportamentos e instituições. Sem essa dimensão, as instituições não se enraízam e não se efetivam plenamente, gerando com isso grande incerteza quanto ao processo democrático. De certo modo, esse argumento vem sendo, crescentemente, utilizado para alimentar interpretações bastante pessimistas sobre as democratizações em curso nos países latino americanos e, obviamente, dentre eles, no Brasil. Com maior ou menor consistência, se consolida uma interpretação centrada na idéia de que a debilidade da democracia decorreria da não implantação de uma cultura política cívica nessas sociedades.

Dentre as diversas formas de se enfrentar o déficit de cultura cívica, a que dá ênfase ao tema do capital social, como pré-requisito da cooperação e da confiança, e como elemento decisivo para explicar boas performances democráticas (PUTNAN,1996; LEVI,2001; BOURDIEU, 2001; COLEMAN,2001), tem sido bastante mobilizada na análise comparativa de processos democratizantes. E, ainda que haja grande controvérsia quanto ao significado desse conceito, é possível defini-lo a partir da idéia de que o “capital social” é um médium, cujo sentido é passível de apreensão por vários e diferentes setores da sociedade, capaz de organizar ações e exprimir racionalmente um “sentimento de democracia” (CARVALHO, M.A., 2002). Essa formulação é importante, pois nos países que vivenciaram processos tardios de institucionalização da democracia, a sua legitimidade não é um dado e nem se constitui somente em termos instrumentais, referidos apenas à performance dos governos em questões administrativas e econômicas. Principalmente, porque nesses contextos tardios de construção democrática, de maneira geral, as demandas não são bem definidas e apresentam-se em meio a muita inquietude e desconfiança⁵, já que neles também são ativados processos de reconstrução de identidades coletivas que acabam por sobrecarregar a agenda democratizadora. Contudo, é interessante observar que esse fenômeno cada vez menos permanece restrito aos contextos de modernidade periférica, constituindo-se não como uma reminiscência do passado das sociedades centrais que insiste em não perecer, mas sim como uma espécie de antecipação dramatizada do que pode ocorrer com essas mesmas sociedades centrais. A “explosão das periferias” nos últimos anos, atingindo o centro da modernidade capitalista e não se restringindo apenas aos países considerados subdesenvolvidos, é expressiva do que pode significar a ruptura com um padrão definido de expressão das demandas, identificado

⁵ As experiências dos cidadãos que influem sobre a confiança política estão associadas com a vivência de regras, normas e procedimentos que decorrem do princípio da igualdade de todos perante a lei. Mas elas também mostram que a avaliação dos cidadãos sobre as instituições depende do aprendizado propiciado a eles por seu funcionamento. Se essas instituições se mostram capazes de garantir o universalismo, a imparcialidade, a justiça e a probidade de seus procedimentos, então elas geram solidariedade e recebem a confiança dos cidadãos. Se o que ocorre é o contrário disso, com a prevalência da ineficiência, com a indiferença diante dos direitos assegurados por lei e com a reiteração de práticas de corrupção, é inevitável que se instale um clima de suspeição, de descrédito e de desesperança dos cidadãos com relação não só às instituições que regulam a vida social, mas também de menosprezo pela atividade política enquanto tal (MOISÉS, 2005, P.91-92)

com a tradição racional legal do Ocidente e marcado pela lógica do (auto) interesse organizado em busca de direitos (ZIZEK, 2004).

É óbvio, porém, que em contextos como o vivido no Brasil o problema torna-se mais dramático. A dramaticidade da situação se expressa também por que carências seculares explodiram nas duas últimas décadas demandando sua resolução por parte do Estado, exatamente, num quadro de esgotamento das instituições que permitiram a consolidação da autoridade pública em bases racionais legais, com fortes conseqüências na erosão da solidariedade social (BENDIX, 1996). Ou seja, nos encontramos no cerne daquilo que Benedict Anderson qualificou de “uma crise do hífen que, durante duzentos anos, uniu o Estado e a nação [na expressão *nation-state*]” (ANDERSON, 1993: p.15), sem que tenhamos atingido um patamar mínimo de efetiva união entre esses dois termos. Mais precisamente, vivemos como que um duplo presente: de um lado, somos parte do processo universal contemporâneo, vivido sob o signo da globalização e marcado pela crise do princípio da superioridade do Estado-Nação como ator coletivo de organização da vida social (em especial, encontra-se na berlinda o chamado estado desenvolvimentista); num outro plano, vivemos um período de plena emergência dos interesses privados e de fortalecimento da ideologia do mercado como mecanismo de articulação ideológica, que no nosso caso mescla-se com a recusa cultural da herança ibérica, identificada com patrimonialismo e autoritarismo, e com o empenho político e intelectual de enterrar a tradição política que pensou a construção do Estado como sinônimo da construção da nação (BARBOSA FILHO, 2000).

O fato é que pelos dois movimentos, ocorre uma valorização inédita do mercado como princípio de organização social que se traduz por uma forte ativação da sociedade civil, no mesmo movimento em que se generaliza um sentimento contrário à política e que alimenta uma aversão crescente pelo que é público. Nesse contexto, ocorre um intenso debate sobre as relações estabelecidas na história do país entre a dimensão pública e a dimensão privada. A conseqüência disso é a desvalorização de tudo que diz respeito à autoridade pública, bem como a apologia de um conjunto de fórmulas organizativas (redes sociais, associativismo comunitário, movimentos sociais, cooperativas de produtores, etc.) empenhadas em resgatar, muitas vezes de forma intuitiva, o tema mais geral da confiança na ação coletiva e, por extensão, de valorização da democracia. Tais formas organizativas, ainda que muitas vezes inovadoras, não florescem, contudo, no vácuo. Requerem a existência de experiências acumuladas que permitam tornar públicas as principais questões relativas à sociedade, bem como demonstrar que essas questões não são indiferentes à vida do cidadão comum (CARVALHO, 2007). Essas experiências (esse “capital social” acumulado), bem como o

seu resgate como autoconhecimento social, pressupõem por sua vez algum tipo de comunicação entre pensamento especializado e a ação cotidiana dos indivíduos de uma dada sociedade.

A ponderação ganha mais significado quando observamos que a maioria dos estudos sobre cultura política, realizados no Brasil, em larga medida, se mantém nos marcos da lógica que orienta a tradição inaugurada por *The civic culture*, com a realização de pesquisas de tipo *survey* para a verificação empírica de hipóteses sobre a estabilidade democrática (BAQUERO, 1995; BAQUERO & CASTRO, 1996; MOISÉS, 1995).

Castro (2002) demonstra, inclusive, como essa abordagem teria chegado a um impasse ao formular um diagnóstico paradoxal. Ou seja, a maioria dos *surveys* realizados em pesquisas sobre cultura política no Brasil revelaria uma situação na qual, ao mesmo tempo em que os entrevistados assumiam uma forte adesão a questões ligadas aos **procedimentos** democráticos (democracia como forma), manifestavam também uma fraca adesão aos **valores** democráticos (democracia como conteúdo). A consequência prática desse aparente paradoxo seria o desenvolvimento de um padrão que combinaria atitudes e comportamentos políticos autoritários e democráticos. Justamente com a perspectiva de explicar esses paradoxos, Castro sugere a incorporação de Antonio Gramsci e de sua teoria da hegemonia, já que essa permitiria a incorporação da dimensão do poder nas análises da cultura política. Ou seja, a dominação nas sociedades capitalistas, principalmente nas contemporâneas, para além da dimensão coercitiva, necessitaria do “consentimento espontâneo dado pelas grandes massas da população à direção geral imposta à vida social pelo grupo dominante” (GRAMSCI, 1999). Esse consentimento ocorreria quando os setores hegemônicos se mostrassem capazes de constituir um sistema de crenças e valores que se transformaria em um renovado senso comum, ao mesmo tempo em que essas crenças e valores se tornariam, por sua vez, constituintes da sociedade⁶.

Nesse sentido, a simples ampliação da agenda dos especialistas em determinados momentos históricos pode ter forte impacto na extensão do círculo de interlocutores preocupados em se posicionar sobre ela⁷. Nesses momentos, do ponto de vista da cultura política da sociedade, é

⁶ Tal incorporação de Antonio Gramsci pode se revelar um caminho promissor para se dar um passo nos estudos sobre cultura política que vá além tanto dos *surveys* – que revelam situações paradoxais, mas não as explicam – quanto dos debates em torno do capital social – que diagnosticam o déficit de civilidade, mas que no limite pensam em solucioná-lo quase que, exclusivamente, através da reforma das instituições. É também extremamente interessante para se pensar os fundamentos da cultura política vigente no Brasil, pois nos obriga a refletir sobre as relações entre conhecimento especializado e senso comum.

⁷ Penso, sobretudo, em três momentos expressivos de aproximação do conhecimento especializado e a sociedade no Brasil. O primeiro está referido aos movimentos culturais do final da década de 1950 e do começo da de 1960 (com o ISEB, A política externa independente, com os CPCs, etc.) que colocaram para a sociedade essencialmente uma agenda nacionalista, crítica do imperialismo e da alienação colonial, conscientizadora, emancipatória, nacionalista, etc. Numa palavra, tais interpretações colocaram uma agenda marcada pelo tema do desenvolvimento nacional.

O segundo momento refere-se ao período ditatorial e de luta pela democratização do país, quando se criticou não apenas o regime militar, mas também a tradição autoritária – expressa no Brasil pelo culto ao estado, pelo nacionalismo e pelo desenvolvimentismo –,

possível se estabelecer consensos mais substantivos acerca do que é fundamental para a vida. Qualquer avanço efetivo no modo como uma determinada sociedade valoriza (ou não) a democracia requer não apenas o conhecimento que os especialistas desenvolvem sobre ela, mas também a socialização desse conhecimento num sentido que essa mesma sociedade possa de fato se autoconhecer. Ou seja, enfrentar os temas que expressam o menosprezo pela política e pela democracia – a desvalorização da vida pública, o individualismo, a violência, a incivilidade, a desigualdade e a desagregação social, entre outros – significa, mais do que nunca, enfrentar a questão do autoconhecimento social, o que por sua vez implica o enfrentamento do tema dos valores. O que exige, por sua vez, uma nova relação entre conhecimento especializado e senso comum, mais especificamente entre as ciências sociais e o homem ordinário. Ou, dito em outros termos, implica uma nova relação entre intelectuais e sociedade, que leve em conta não apenas os ditames da pauta racional legal, mas também os chamados “hábitos do coração”. Por isso, é razoável pensar que as pesquisas sobre cultura política devem ser articuladas também com as “interpretações do Brasil” (sejam elas anteriores ou posteriores à institucionalização universitária, mais ou menos científicas) e com os intelectuais. Especialmente, no sentido de que a legitimidade pretendida por um conhecimento que se pretende cada vez mais especializado e científico não deixa de ser, nesse caso, também o resultado de um conflito de interpretações. Onde pode-se dizer que ensaios e pesquisas interpretam o Brasil também como parte constitutiva e constituinte da estrutura de valores e das relações de poder implícitas aos processos ideológicos de construção do social.

É por isso que uma formulação teórica crítica não pode simplesmente desprezar como ornamental e/ou como mera falsidade qualquer forma de pensamento conservador ou pré-científico. Nem desconsiderar a identidade ideológica presente não só na idéia do Brasil como comunidade de destino, mas também na afirmação de uma auto-imagem do brasileiro e da cultura brasileira, que dá coesão ao senso comum. Essa questão é particularmente importante para se pensar que o núcleo básico que solda o pensamento dominante no Brasil esteve centrado na crença na inevitabilidade de um futuro grandioso para o país, ao mesmo tempo em alimentou uma descrença em sua sociedade e num profundo menosprezo pelos brasileiros⁸. Talvez esteja na

em nome do fortalecimento da sociedade civil e da conquista da democracia. Sinteticamente, é possível dizer que essa agenda foi marcada pela contraposição autoritarismo X democratização.

E, por fim, como terceiro momento, é possível vislumbrar este em que nos encontramos no qual os índices de violência parecem “ameaçar” a vida civil e quando se desenvolve um monumental esforço de reflexão sobre as cidades brasileiras (suas histórias, seus recortes étnicos e etários, suas tradições culturais), procurando compreender enfim o panorama sociológico sobre o qual se ancoram o crime, a violência e as ações transgressoras. Esse movimento pode nos conduzir, como ocorreu nos dois momentos anteriores a que me referi, a algum tipo de acordo público sobre nossa realidade social, o que, sem sombra de dúvidas, teria grande impacto na cultura política brasileira.

⁸ Francisco Weffort, em texto no qual revisa o debate sobre o pensamento brasileiro, recoloca esse problema e estabelece um ponto de vista que recorre à herança ibérica para explicá-lo: “É da (...) tradição luso-brasileira o reconhecimento de que a grandeza das

reiteração dessa tradição, consubstanciada como cultura política, a explicação para se entender como foi possível naturalizar não só uma das maiores taxas de desigualdade do mundo, mas também aquilo que venho chamando de uma certa “moralidade elástica”, típica de uma cultura política cada vez mais fascinada pela ilegalidade (LAHUERTA, 2001). Ou seja, na articulação entre conhecimento especializado e senso comum, numa longa construção, se estabeleceu uma cultura política bastante autoritária, que se nutre de alguns consensos implícitos. Consensos esses que tornaram aceitáveis não apenas a vigência de um profundo elitismo no modo de se pensar a ordem, mas também de uma grande desigualdade social (SOUZA, 2005) e de um equilíbrio instável entre legalidade e ilegalidade, com o qual todo o brasileiro se vê hoje obrigado a conviver. Consensos esses que têm mantido os interesses individuais que emergiram com grande força nas últimas décadas numa lógica de questionamento da autoridade pública, generalizando comportamentos não cooperativos e avessos a qualquer mecanismo de construção de solidariedade social. Consensos que têm contribuído, portanto, para naturalizar (e no limite para legitimar) a desagregação social, a incivilidade e a violência. Por essa razão, pesquisar os “hábitos do coração”, e suas relações com as “interpretações do país”, torna-se tarefa cada vez mais fundamental para que se possa projetar uma sociedade menos predatória, mais solidária e efetivamente democrática.

ações históricas convive com a fragilidade dos homens e com a precariedade das circunstâncias em que devem atuar” (WEFFORT, 2005).

Bibliografia citada

- ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas – Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ANDREWS, Christina. “As *policy science* como ‘ciência’: método e reificação”. *PERSPECTIVAS – Revista de Ciências Sociais da UNESP*. Volume 27. São Paulo: Editora da UNESP, jan./jun. 2005, p.13-37.
- BARBOZA FILHO, Rubem. “FHC: os paulistas no poder”. In AMARAL, Roberto (coord). *FHC: os paulistas no poder*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1995.
- BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e Artificio – Iberismo e Barroco na Formação Americana*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora UFMG/IUPERJ, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. (2001). “El capital social. Apuntes provisionales”. In *Zona Abierta 94/95 (Capital Social)*. Madrid, p.83-88.
- BRANDÃO, Gildo Marçal Brandão. (2005). “Linhagens do pensamento político brasileiro”. In *Dados*, vol.48 nº 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2005
- CARVALHO, José Murilo de. “Cidadania, estadania, consumismo: os impasses da democracia”. In FRIDMAN, Luis C. (org.) *Política e cultura*. Século XXI. Rio de Janeiro:ALERJ/Relume Dumará, p.25-30, 2002a.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Cultura política, capital social e a questão do déficit democrático no Brasil. In VIANNA, Luiz Werneck (org.) *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, p.297-335, 2002.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2007, vol.22, n.65, pp. 17-31. ISSN 0102-6909.
- CASTRO, Henrique C. de O. Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa de explicação do comportamento político não democrático. In Site Gramsci e o Brasil. <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv67.htm>, acesso 21/08/2002.
- COLEMAN, James. Capital social y creación de capital humano. In *Zona Abierta 94/95 (Capital Social)*. Madrid, p.47-82, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*.(Introdução ao estudo da filosofia; A filosofia de Benedetto Croce). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 1 (edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira), 1999.
- GREEN, Donald P. & SHAPIRO, Ian. “Teoria da escolha racional e ciência política: um encontro com poucos frutos?”. *PERSPECTIVAS – Revista de Ciências Sociais da UNESP*. Volume 23. São Paulo: Editora da UNESP, 2000, p.169-206.
- HABERMAS, Jürgen *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro. v. I e II, 1997.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- INGLEHART, Ronald. The Renaissance of Political Culture. *American Political Science Review*, v.82, n. 4, 1988, p. 1204-1230.
- INGLEHART, Ronald. *Modernization and Post modernization: cultural, economic and political change in 43 societies*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

- KRISCHKE, Paulo. "Cultura política e escolha racional na América Latina: interfaces nos Estudos da Democratização". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. nº 43, Rio de Janeiro, 1997, p.103-126.
- LAHUERTA, M. "Cultura Política e Transição: entre a democracia e a barbárie", *PRESENÇA – Revista de Política e Cultura*, nº 6, out.1985, São Paulo, Editora Caêtes.
- LAHUERTA, M. "A recuperação da esfera pública" In *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, vol. 3, n. ½, jan/jun de 1989.
- LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. (Tese de Doutorado). Departamento de Ciência Política/FFLCH-USP. São Paulo: mimeo, 1999.
- LAHUERTA, Milton. "Brasil, a democracia difícil: violência e irresponsabilidade cívica". In *Política Democrática – Revista de Política e Cultura*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, v.1, jan./abr. 2001, p83-96.
- LEVI, Margareth. "Capital social y asocial". ". In *Zona Abierta 94/95 (Capital Social)*. Madrid, p.105-120, 2001.
- LINZ, Juan & STEPAN, Alfred. *A transição e a consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia – Bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.
- MOISÉS, José Álvaro. "Cidadania, confiança e instituições democráticas". In *Lua Nova*, São Paulo, n.65, p 95-135, 2005.
- O'DONNELL, Guillermo. "Democracia delegativa?" *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: nº 31, p.25-40, 1991.
- O' DONNELL, G. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais -- uma visão latino-americana com uma rápida olhada em alguns países pós comunistas. IN *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: n. 36, 1993, p. 32-47.
- PUTNAN, Robert. *Comunidade e democracia*. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- VIANNA, Luiz Werneck. "A Institucionalização das Ciências Sociais e a Reforma Social: Do Pensamento Social à Agenda Americana de Pesquisa", in *Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ, 1997.
- WEFFORT, Francisco C. "As escritas de Deus e as profanas: notas para uma história das idéias no Brasil". In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS/Bauru: EDUSC, vol.20, nº 57, 2005, p.5-25.
- ZIZEK, Slavoj. "O novo eixo da luta de classes". *Caderno Mais. Folha de São Paulo*. São Paulo, domingo, 05 de setembro de 2004.